

MERCOSUL: O SEU DESENVOLVIMENTO EM SUA PRIMEIRA DÉCADA (1991-2001)

Bruna Ataides OLIVEIRA¹; Pedro Paulo BOCCA²

¹ Centro Universitário Lusíada – Curso de Relações Internacionais, brunaataides@gmail.com;

² Centro Universitário Lusíada – Curso de Relações Internacionais, boccapp@gmail.com

Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal oferecer, segundo uma perspectiva brasileira, um balanço crítico dos primeiros dez anos do MERCOSUL em suas diferentes vertentes. O texto se propõe a tocar nos seguintes aspectos, que comporão suas seções: uma breve digressão histórica sobre seus antecedentes, o desenvolvimento do MERCOSUL nos anos 1990, suas realizações materiais e frustrações econômicas, seus pressupostos políticos e sua estrutura.

Breve histórico sobre o MERCOSUL

Os planos iniciais do acordo comercial que deu origem ao MERCOSUL são datados da década de 1980 onde Argentina e Brasil assinavam vários acordos de integração comercial, contudo o bloco foi criado apenas na década seguinte em março de 1991 com o Tratado de Assunção no Paraguai.

O objetivo primordial é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes, seus membros são Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Para

A configuração atual do MERCOSUL encontra seu marco institucional no Protocolo de Ouro Preto, assinado 1994. O Protocolo reconhece a personalidade jurídica de direito internacional do bloco, atribuindo-lhe, assim, competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O MERCOSUL caracteriza-se, ademais, pelo regionalismo aberto, ou seja, tem por objetivo não só o aumento do comércio intrazona, mas também o estímulo ao intercâmbio com outros parceiros comerciais.

Desenvolvimento político e econômico de 1991 a 2001

Os dez anos que se seguiram à data de assinatura do Tratado de Assunção, 1991 foram marcados por diferentes fases de desenvolvimento interno e externo do MERCOSUL, tanto em função do seu calendário próprio — definido de maneira bastante otimista, de estabelecimento progressivo e de consolidação do mercado comum (ainda um objetivo não alcançado) —, como em virtude de processos internos e externos que impactaram de forma negativa essas diferentes etapas, sem que os Estados membros lograssem controlar, a cada vez, o itinerário e o desenrolar das forças econômicas e políticas em jogo nas tendências de curto prazo do futuro mercado comum.

A última década pode ser dividida grosso modo em três etapas: (a) a fase de transição, prevista no próprio tratado, até o final de 1994; (b) a configuração institucional da união aduaneira, iniciada formalmente em primeiro de janeiro de 1995, mas que de fato corresponde a uma “segunda fase de transição”, pois que abrindo espaço de tempo adicional para que fossem completados os requisitos de uma zona de livre-comércio completo e de uma união aduaneira acabada; (c) finalmente, uma conjuntura de crise política e econômica aberta com a desvalorização do real em janeiro de 1999 e a ameaça subsequente de dolarização na Argentina.

O Mercosul, a despeito das dificuldades previsíveis e inevitáveis, em vista dos prazos relativamente estreitos para o cumprimento de seus objetivos ambiciosos, avançou razoavelmente bem em seus primeiros dez anos, tanto em termos de liberalização de comércio e de conformação de uma agenda comum de construção progressiva de um



Brasil e o MERCOSUL

A O papel do Brasil no MERCOSUL é, portanto, cada vez mais integrador. Contudo, é incontestável sua posição de líder, em função de suas características econômicas, populacionais e geográficas. É importante perceber que a posição de líder aumenta a responsabilidade do Brasil na condução e na sobrevivência do MERCOSUL.

Aliado à característica integradora, o Brasil, a partir do MERCOSUL, demarca definitivamente a América do Sul como sua área de influência político-econômica. Reforça, ainda, a posição a favor do multilateralismo para fazer frente à posição norte-americana e à tentativa de implementação da ALCA (ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS).

Por todo o exposto, não há dúvidas de que o Brasil acaba por exercer grande influência e possui muito poder nas decisões tomadas no âmbito do MERCOSUL.

Referências bibliográficas

ALVIM, Augusto M. e WAQUIL, Paulo D.. Efeitos do acordo entre o Mercosul e a União Européia sobre os mercados de grãos. Rev. Econ. Sociol. Rural 2005, vol.43, n.4, pp. 703-723. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032005000400005&script=sci_arttext. Acessado em: 09 set. 2015.

Mercosul (Secretaria Administrativa). Disponível em: www.mercosur.org.uy. Acessado em: 13 set. 2015.

Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: www.mre.gov.br. Acessado em: 15 set. 2015.

Promoção